



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE PERÍCIAS EM MEIO AMBIENTE – SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.020103/2021-84

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Análise Animal e o Laboratório de Imagenologia do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	MATERIAL	CATMAT	Quant.	Valor Total (R\$)	Valor Máximo Aceitável Unidade (R\$)	Categoria de Material
1	Sistema de tomografia incluindo instalação, transporte e adequação do espaço físico ao equipamento	424259	1	R\$2.350.000,00	R\$2.350.000,00	Permanente
2	Sistema de radiologia digital móvel	379460	1	R\$488.120,37	R\$488.120,37	Permanente
3	Sistema de Raio X Portátil de Uso Veterinário	462256	1	R\$217.000,00	R\$217.000,00	Permanente
4	Aparelho de ultrassom portátil	32034	1	R\$130.000,00	R\$130.000,00	Permanente
5	Aparelho de Raio X Digital Odontológico Portátil	441901	1	R\$18.296,67	R\$18.296,67	Permanente
6	Sensor de radiografia digital de 600 mm	426489	1	R\$10.726,29	R\$10.726,29	Permanente
7	Sensor de radiografia digital de 900 mm	426488	1	R\$15.999,99	R\$15.999,99	Permanente
	TOTAL			R\$ 3.230.143,32		

1.2. Nos termos do art. 47 e inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.3. Assim, os itens 5, 6 e 7 serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.4. Os itens 1, 2, 3 e 4, entretanto, não possuem divisibilidade para separação de parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) a ser destinados exclusivamente a ME/EPP/COOP, beneficiadas pela LC n. 123/2006. Estes itens, portanto, não podem ser enquadrados em reserva de cotas.

1.5. Na hipótese de não haver vencedor para os itens de contratação destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, os itens poderão ser destinados a empresas que não se enquadrem nestas definições.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data de assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. Os itens 01, 02, 03 e 05 são formalmente classificados como bens de informática, estando sujeitos às regras do direito de preferência reguladas pelo Decreto nº 7.174/2010, quando aplicável.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a necessidade da presente aquisição, por se tratarem de equipamentos fundamentais para o funcionamento do Laboratório de Análise Animal e do Laboratório de Imagenologia.

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.3. A DITEC, por meio do Instituto Nacional de Criminalística - INC, desenvolve suas atribuições atendendo às requisições de perícias provenientes de inquéritos policiais e processos penais. O INC possui instalações modernas, laboratórios certificados internacionalmente e atua também como Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses. Desse modo, a DITEC realiza, além dos exames periciais, ações de capacitação, pesquisa aplicada e desenvolvimento de tecnologias e métodos específicos para a atividade pericial.

2.4. Diversos procedimentos ordenados e encadeados ocorrem ao longo da persecução penal, sendo que a prova pericial se reveste de grande relevância. O princípio do contraditório leva em conta a igualdade de oportunidade entre as partes de apresentar argumentações e provas e de contradizê-las perante um juízo. Como consequência, é premente a necessidade de investimento e capacitação para produção de provas materiais com qualidade e eficiência. Além disso, é necessário garantir a cadeia de custódia, processo usado para manter e documentar a história cronológica das amostras examinadas, e fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade das mesmas.

2.5. Com a missão de atuar em prol da Justiça e dos Direitos Humanos, com a produção de prova material científica isenta e de qualidade e a visão de tornar-se referência mundial na aplicação e no desenvolvimento das Ciências Forenses, faz-se necessária a aquisição de equipamentos para as instalações laboratoriais capazes de atender a essas demandas.

2.6. A realização de exames periciais em estrutura própria da criminalística federal atende aos requisitos e princípios da criminalística, permitindo maior controle de materiais, documentos, amostras, protocolos, exames e tratamento dos resultados, além da rigorosa manutenção da cadeia de custódia. Permite também o desenvolvimento de metodologias e técnicas periciais inovadoras e a realização de pesquisas em ciências forenses, isoladamente ou em parceria com cientistas e instituições nacionais e internacionais.

2.7. Nesse contexto, com a implementação de novos laboratórios, o Instituto Nacional de Criminalística (INC), por meio dos setores SEMOD/DPER/INC/DITEC e SEPMA/DPER/INC/DITEC, será capaz de oferecer serviços especializados em perícia médica e médico-veterinária, com capacidade de empregar técnicas analíticas precisas e exames acreditados, correspondentes às crescentes demandas institucionais, com os seguintes objetivos:

2.7.1. Realizar perícias criminais de competência dos setores SEMOD/DPER/INC/DITEC e SEPMA/DPER/INC/DITEC e áreas correlatas do Instituto Nacional de Criminalística;

2.7.2. Atuar como referência nacional e internacional em perícia médica legal, médico veterinária legal e exames em animais;

2.7.3. Realizar ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

2.7.4. Atuar como centro de difusão de tecnologia e expertise;

2.7.5. Manter banco de dados e material de referência.

2.8. O INC já possui a estrutura física laboratorial que permite a realização de exames em animais, produtos e subprodutos de origem animal, cujas instalações estão localizadas em espaços sob coordenação das unidades SEPMA/DPER/INC/DITEC e SEMOD/DPER/INC/DITEC.

2.9. No ano de 2019 foi realizada uma parceria entre as unidades citadas com vistas ao uso compartilhado de instalações de interesse comum, objeto do processo de adequação da estrutura física no 08201.000708/2019-24.

2.10. A estruturação dos laboratórios, objeto do presente processo de aquisição, também poderá contribuir de forma positiva para os trabalhos desenvolvidos pelo SEPEX/DPER/INC/DITEC. A unidade realiza trabalhos relacionados a DVI (identificação de vítimas de desastres), a exames post mortem e a perícias em local de morte violenta.

2.11. Ainda faltam, entretanto, os equipamentos e materiais necessários ao pleno funcionamento desses laboratórios, conforme será demonstrado a seguir.

2.12. LABORATÓRIO DE ANÁLISE ANIMAL

2.13. O Laboratório de Análise Animal, objeto do presente processo de aquisição, localiza-se na sala F108 e destina-se aos exames de necropsia forense animal, de patologia forense animal, e de identificação animal, para a identificação de espécie e o diagnóstico da causa, tempo e dinâmica da morte.

2.14. Atualmente, o Laboratório de Análise Animal já conta com materiais básicos para realização de necropsias forenses, como parte do instrumental e mesa de necropsia, entretanto, a aquisição de equipamentos e instrumentos especializados implicará em melhoria da qualidade e maior segurança dos exames.

2.15. A avaliação patológica de animais ou partes de animais para fins judiciais tem vários objetivos. A necropsia forense é um conjunto de procedimentos, organizado e hierarquizado, utilizado para examinar um cadáver na busca de informações que esclareçam as alterações que o levaram à morte.

2.16. O exame permite, dessa forma, determinar a causa da morte; auxiliar no diagnóstico de doenças; caracterizar lesões ou anormalidades que, sozinhas ou em combinação, são responsáveis pelo início da sequência de perturbações funcionais que levaram à morte; determinar o mecanismo da morte, tido como a mudança estrutural ou funcional que tornou a vida independente não mais possível; determinar a maneira da morte, meio através do qual a causa da morte ocorreu; e identificar o intervalo pós-morte, que é o tempo transcorrido desde o óbito do animal.

2.17. A recuperação de vestígios, a reconstrução e a documentação da sequência de eventos são também objetivos que devem ser considerados em uma avaliação forense desta natureza. Vestígios de crimes podem incluir projéteis de arma de fogo ou seus fragmentos, amostras de tecidos ou órgãos, conteúdo gastrintestinal, insetos com relevância em entomologia forense, resíduos químicos, amostras de pelos ou penas, entre outros.

2.18. Para tanto, é de responsabilidade do Perito Criminal os procedimentos adequados para documentar e associar os vestígios ao animal, assim como a adequada embalagem e conservação das amostras.

2.19. LABORATÓRIO DE IMAGENOLOGIA

2.20. O Laboratório de Imagenologia será localizado nas salas F004a e F051 e atenderá demandas do SEPMA, do SEMOD e do SEPEX.

2.21. Destina-se aos exames de diagnóstico por imagem e necropsia virtual. Necropsias minimamente invasivas, também conhecidas por necropsias virtuais, realizadas por meio de equipamentos de diagnóstico por imagem, estão sendo cada vez mais utilizadas para complementar e até mesmo substituir a necropsia convencional em diversas situações.

2.22. A necropsia virtual em animais domésticos e silvestres e em cadáveres humanos se apresenta como uma importante técnica alternativa e/ou complementar à necropsia convencional. Ao lado de procedimentos convencionais, como a necropsia e a histopatologia, é possível dispor de equipamentos de investigação que permitem ampliar o diagnóstico em patologia, dentre eles os exames radiográficos, a tomografia computadorizada e ressonância magnética para corpo inteiro, sem necessidade de prévia abertura de cadáver e separação de órgãos, modalidade de exame que ficou conhecida como necropsia virtual. Por meio desses métodos, é possível detectar não somente as alterações estruturais e funcionais causadas por determinadas doenças, como também identificar suas causas e até prever o comportamento biológico de determinados agentes, inclusive os de saúde pública.

2.23. O uso de tecnologias como tomógrafo, raio x, ultrassom e scanners poderá fornecer importantes informações sobre causa da morte e o diagnóstico de doenças e alterações orgânicas de base e contributivas, que muitas vezes são de difícil análise pelos métodos tradicionais. Tais equipamentos serão também de grande importância para o desenvolvimento de novas metodologias de exames post mortem e para treinamento técnico. É possível também a realização de exames radiográficos a campo, com uso de equipamentos de raio-x portáteis.

2.24. Todos estes benefícios proporcionados pelo Laboratório de Imagenologia atingirão também as perícias realizadas em cadáveres e restos mortais humanos, sob responsabilidade do SEMOD.

2.25. COMPROVAÇÃO DA DEMANDA

2.26. O Laboratório de Análise Animal tem experimentado uma demanda crescente por exames em animais desde o início de suas atividades em 2019, a exemplo dos exames de animais petroleiros no Nordeste (Nº de registro: 2339/2019-DITEC/PF), animais mortos no desastre de Brumadinho (Nº de registro SISCRIM: 322/2020-DITEC/PF) e casos de caça ilegal (Nº de registro SISCRIM: 824/2019-SETEC/SR/PF/MT). Os referidos casos impuseram, e ainda impõe, elevada atividade ao laboratório.

2.27. Casos de perícia envolvendo animais possuem ocorrência recorrente no Sistema Nacional de Criminalística. Em todo o país, foram produzidos 1189 Laudos de Perícia Criminal em Animais nos últimos cinco anos (SISCRIM - Relatório Nacional de Produção - Dados de busca: Período de 01/05/2015 à 05/05/2020 Área de exame: Perícias de Meio Ambiente e Classe do laudo: Laudo de Exame de Animal).

2.28. Os Laboratórios objetos do presente estudo podem atuar na realização destes tipos de exames e no auxílio às Unidades de Criminalística Descentralizadas da PF ou Unidades de Criminalística Estaduais recebendo materiais, orientando, capacitando e padronizando metodologias de exames.

2.29. Os exames realizados no Laboratório de Imagenologia complementarão aos exames de necropsia tradicional realizados no Laboratório de Análise Animal, absorvendo a mesma demanda deste, e contribuindo para a ampliação e melhoria da qualidade do diagnóstico em patologia forense.

2.30. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.31. Com as aquisições propostas, pretende-se que os equipamentos permitam o desenvolvimento de metodologias de exame mais eficientes e a proposição de fluxos de atendimentos periciais onde o Instituto Nacional de Criminalística poderá ser demandado, por intermédio do SEPMA, pelas unidades descentralizadas e perícias estaduais, no apoio a exames de maior complexidade e sensibilidade.

2.32. Também espera-se que os equipamentos sejam utilizados em pesquisas científicas aplicadas à solução de problemas da criminalística e em capacitações, a exemplo do Curso Avançado de Medicina Veterinária Legal, que contará com treinamentos em necropsia, diagnóstico por imagem, zoomorfologia forense e identificação animal ministrados por profissionais do Brasil e do exterior.

2.33. Além disso, o imageamento digital dos procedimentos durante a necropsia e a mensuração e pesagem de órgãos são fundamentais para a análise dos resultados, registros periciais e acreditação.

2.34. A pretensa aquisição visa, portanto, melhorar a qualidade dos exames realizados no laboratório e proporcionar melhores condições de trabalho e de segurança aos servidores envolvidos.

2.35. Conforme já indicado, os equipamentos de imagenologia visam complementar e potencializar o diagnóstico patológico e a causa da morte em seres humanos e animais. Seguem abaixo as justificativas para aquisição de cada um dos equipamentos permanentes destinados ao Laboratório de Imagenologia.

2.36. Sistema de tomografia

2.37. A tomografia computadorizada (TC) é um exame não invasivo de diagnóstico que, com imagens geradas via radiação e produzidas por computador, permite a visualização de órgãos, estruturas e tecidos de forma muito detalhada.

2.38. A principal vantagem da tomografia computadorizada é a visualização dos tecidos moles, como vasos sanguíneos e órgãos, sem sobreposição, ao contrário da radiologia convencional, que consiste na representação das estruturas do corpo sobrepostas. A análise das secções transversais aliada à diferença de densidade entre os tecidos permite ao Perito avaliar o interior do corpo ou órgão específico em três dimensões, com as dimensões exatas de cada parte avaliada. Seu uso também é fundamental para avaliação do esqueleto, uma vez que até ossos muito finos aparecem de forma muito nítida. Esses recursos permitem a visualização de detalhes que dificilmente seriam encontrados na necropsia convencional, com maior precisão na identificação e caracterização de lesões e, consequentemente, na determinação das causas da morte.

2.39. Exames de diagnóstico por imagem já vem sendo empregados em diversos exames periciais de animais, de interesse do SEPMA, como em desastres, caça ilegal, e tráfico de animais silvestres, e em exames de interesse da SEMOD, como os casos que envolvem exumações. Entretanto, a aquisição de tomógrafo pelo INC permitirá que os exames seja realizados nas instalações da própria instituição, permitindo um atendimento

mais célere e eficaz, com acreditação e protocolos específicos das ciências forenses e com estrito controle da cadeia de custódia.

2.40. Aparelho de raio x móvel

2.41. O raio x é um exame de imagem não-invasivo, baseado na emissão de radiação em baixas doses para identificar rapidamente alterações na estrutura de ossos e de órgãos. Os exames radiológicos possuem baixo custo, são rápidos e úteis na investigação de uma série de casos forenses. A Radiologia Forense é uma ciência médica, específica, que tem como objetivo auxiliar a Medicina Legal e a Medicina Veterinária Legal, de forma complementar ou conclusiva, como ferramenta de diagnóstico de doenças, caracterização de lesões e determinação da causa da morte.

2.42. Exames de diagnóstico por imagem já vêm sendo empregados em diversos exames periciais de animais, de interesse do SEPMA, como em desastres, caça ilegal, e tráfico de animais silvestres, e em exames de interesse da SEMOD, como os casos que envolvem exumações. Entretanto, a aquisição de um aparelho de raio x móvel pelo INC permitirá que os exames seja realizados nas instalações da própria instituição, permitindo um atendimento mais célere e eficaz, com acreditação e protocolos específicos das ciências forenses e com estrito controle da cadeia de custódia.

2.43. Por ser móvel, o equipamento poderá ser facilmente transportado para diferentes ambientes do INC, podendo atender tanto a demandas do Laboratório de Análise Animal quanto da Área de Perícias Médicas e Odontológicas, de forma prática e dinâmica, inclusive considerando a dificuldade do transporte de cadáveres em diversas situações.

2.44. Aparelho de raio x portátil veterinário

2.45. Conforme descrito no item anterior, o raio x é um importante equipamento nos exames de Medicina Legal e Medicina Veterinária Legal, para auxílio no diagnóstico de doenças, caracterização de lesões e determinação da causa da morte. Além da aquisição de um equipamento móvel, para uso nas próprias instalações laboratoriais do INC, é também importante que os Peritos tenham à disposição um equipamento portátil de uso veterinário, transportável em uma maleta ou mochila, para utilização em exames de campo. Em diversas situações, animais necessitam ser examinados em locais externos, em situações em que o seu deslocamento até o INC pode se revelar impraticável ou não recomendável por questões de segurança ou para melhor preservação dos vestígios. Como exemplos podemos citar as perícias de meio ambiente afetando a fauna, desastres em massa, locais de crime envolvendo animais e os exames de animais em propriedades rurais.

2.46. Aparelho de raio x odontológico

2.47. Conforme descrito no item "Aparelho de raio x móvel", o raio x é um importante equipamento nos exames de Medicina Legal e Medicina Veterinária Legal, para auxílio no diagnóstico de doenças, caracterização de lesões e determinação da causa da morte. A radiologia odontológica é um dos principais exames complementares para identificação e diagnóstico de doenças e traumas orais.

2.48. Há diversas técnicas radiológicas que podem ser utilizadas para auxiliar na identificação animal e humana, tanto individual como geral, incluindo a determinação do gênero, do grupo étnico e, principalmente, da idade. A análise de radiografias e tomografias ante-mortem e post-mortem tornou-se uma ferramenta fundamental nos processos de identificação em odontologia legal, principalmente com o refinamento das técnicas adquiridas com o avanço da própria radiologia e com a incorporação da informática.

2.49. Com a crescente demanda por trabalhos técnicos na área médica e odontológica, o SEMOD (Setor de Perícias em Medicina e Odontologia Forenses) tem sido cada vez mais acionada neste sentido.

2.50. Grande parte dos casos são relacionados a exames necroscópicos em que há questionamento da primeira abordagem. Desta feita demanda-se a Polícia Federal para reexame dos cadáveres, que na grande maioria das vezes já foram inumados.

2.51. Cabe então aos servidores do SEMOD a exumação dos cadáveres para reexame. Este procedimento exige um mínimo de estrutura e equipamentos, dentre eles equipamentos de exames complementares como aparelhos de Raios-X

2.52. A grande maioria dos IMLs, onde geralmente são reexaminados os cadáveres, não conta hoje com aparelhos de Raio-X, o que dificulta a atuação com o rigor técnico esperado da Polícia Federal.

2.53. Até o atual momento, os servidores do SEMOD têm feito improvisações com os aparelhos de Raio-X do GBE (Grupoamento de Bombas e Explosivos), o que não é uma situação adequada, haja vista que este grupamento fica desfalcado durante as missões do SEMOD, e gera inconvenientes logísticos.

2.54. Apesar de ser um equipamento robusto, trata-se de um equipamento portátil, o que permite que os exames possam ser feitos em qualquer lugar onde a equipe vá atuar, não dependendo de apoio regional - muitas vezes escasso, já que poucos IMLs contam com aparelhos de Raio-X.

2.55. Por sua característica de portabilidade, este equipamento também pode ser essencial em casos de desastres em que os exames das vítimas tenham que ser realizados em um necrotério de campanha.

2.56. Aparelho de ultrassom

2.57. A ultrassonografia é um método diagnóstico muito recorrente na medicina moderna que utiliza o eco gerado através de ondas de alta frequência para visualizar, em tempo real, as estruturas internas do organismo. Fornece diagnóstico de imagens que complementa os resultados do raio x e da TC. É um exame de baixo custo e rápida execução, com transmissão de imagens em tempo real.

2.58. O uso de exames de ultrassom postmortem tem se tornado cada vez mais frequente em protocolos de necropsia minimamente invasiva ou necropsia virtual, auxiliando nos exames de Medicina Legal e Medicina Veterinária Legal, no diagnóstico de enfermidades, lesões e determinação da causa da morte, juntamente com o raio x e o tomógrafo.

2.59. Por ser portátil, o equipamento pode também ser utilizado para exames em campo, em locais sem infraestrutura e de difícil acesso, sempre que o encaminhamento dos animais ao laboratório se mostrar inexequível.

2.60. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

2.60.1. Item 01 - Sistema de Tomografia computadorizado, incluindo instalação, transporte e adequação do espaço físico ao equipamento, contendo os objetos descritos em suas especificações mínimas (Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem as descrições deste Termo):

- a. Tomógrafo computadorizado helicoidal, com 16 fileiras físicas, aquisição multislice de no **mínimo 16 cortes simultâneos** por rotação de 360 graus, com detector de estado sólido com **cobertura de 20mm ou superior**.
- b. Efetuar cortes simultâneos mesmo com o Gantry inclinado em 30 ou -30 graus, faixa de **espessura de corte, obtidas com 16 cortes simultâneos de 0,625 mm ou menor**, campo de visão variável entre 50 e 500 mm ou superior.
- c. **Gantry** com abertura mínima de 70 cm, faixa de angulação mínima +/- 30 graus, tempo de corte total (360 graus) de 0,8 segundos ou menor, capacidade para aquisição helical contínua sem interrupção mínima 100 segundos, capacidade de estudos helicoidais com gantry angulado.
- d. **Potência do gerador** de no mínimo 50 KW, corrente do tubo com mA máxima de 300, KV máximo do tubo de 130 ou superior, capacidade térmica do anodo de no mínimo 5,0 MHU, capacidade de resfriamento do tubo de no mínimo 810 KHU/min, refrigeração óleo/ar.
- e. **Comprimento volumétrico** de no mínimo 160cm livre de metais (scan range). Deve possuir tecnologia para redução de dose aplicada ao paciente, possuindo entre outros: recurso dinâmico de otimização de dose aplicada ao paciente, nos planos X, Y e Z durante a aquisição, com capacidade de modulação da corrente (mA) de acordo com a região do corpo a ser examinado e recurso avançado automatizado de reconstrução iterativa.
- f. **Console multifunção** com 02 (dois) monitores coloridos (LCD) de no mínimo 19" (dezenove) polegadas, com matriz mínima de 1280x1024, teclado e mouse óptico. Com gravador de DVD e CD-RW. Com placa de rede padrão ethernet. Habilitação para acesso remoto. Com placa de vídeo com, no mínimo, 256MB de memória. O sistema deverá permitir manipulação e processamento de imagens previamente armazenadas durante a aquisição de novas imagens e ser capaz de realizar estudos dinâmicos.
- g. **Workstation adicional** (estação de trabalho independente): com possibilidade de acesso remoto e pelo menos três licenças para acesso remoto de técnicos para manipulação de imagens e dos softwares solicitados; 2 (dois) monitores coloridos de pelo menos 19 polegadas com resolução mínima de 1280 X 1024; teclado e mouse óptico; placa de rede padrão Ethernet; placa de vídeo com, no mínimo, 256MB de memória; 6GB de memória RAM, no mínimo; processador multi-core, com velocidade mínima de clock (frequência de operação) de 2,53 Ghz por núcleo no mínimo; gravador de CD/DVD; gerador de CD's com o visualizador de imagens DICOM; protocolos de comunicação DICOM com versão mínima 3.0, para interface de Software e Hardware, habilitados e sem limites ou restrições de uso (como aquisição de licenças adicionais ou períodos de expiração), com as funcionalidades mínimas: DICOM Store DICOM Storage Commitment, DICOM Basic Print, Query/Retrieve (Buscar/Recuperação) DICOM MPPS e DICOM viewer, auto-executável, incluso em cada cópia realizada em CD/DVD/±RW e sem limite de licenças; interface para impressão padrão DICOM ou Windows Post Script.
- h. **Software 3D**, permitindo diferentes tipos de reconstrução: Volume Rendering, Surface, e projeção de RX; Software Multiplanar em tempo real; Software Angiográfico; Software para estudo pulmonar; Software para Estudos Dinâmicos; Sistema de subtração digital óssea; Software para visualização de imagens em tempo real, durante a aquisição, com taxa de amostragem de, no mínimo, 10 imagens por segundo. Software de gatilhamento de aquisição por nível de contraste, permitindo múltiplos ROIs.
- i. **Capacidade total em Hard disk** de no mínimo 1 TB e capacidade de armazenamento de imagens de no mínimo 100.000 imagens e dados brutos das 3500 últimas rotações. Unidade de gravação de CD/DVD.
- j. **Tempo de reconstrução** de imagens axiais em matriz 512x512, de no mínimo 10 imagens/segundo.
- k. **Protocolo DICOM** versão mínima 3.0 full, para Interface de Software e Hardware, habilitados e sem limites ou restrições de uso (como aquisição de licenças adicionais ou períodos de expiração), com as funcionalidades mínimas: DICOM Store, DICOM Storage Commitment, DICOM Basic Print, DICOM Basic Print, DICOM Worklist (HIS/RIS), DICOM MPPS, e DICOM viewer, auto executável, incluso em cada cópia realizada em CD/DVD/±RW e sem limite de licenças; interface para impressão padrão DICOM ou Windows Post Script.
- l. **Mesa** do paciente com capacidade de carga mínima de 220 Kg ou superior, largura mínima do tampo móvel de 40cm, altura mínima do solo entre 300 e 460 mm, quando completamente abaixada e precisão de movimento longitudinal de 0,25 mm.
- m. **Softwares para Workstation**: reconstrução multiplanar (MPR), MPR curvo e oblíquo, MIP, min-MIP, reconstrução tridimensional (3D) SSD e VR, remoção de ossos automática; software endoscopia virtual; pacote vascular avançado para Angio CT - segmentação automática de vasos; software para detecção de imagens nodulares no pulmão; protocolos específicos para pediatria.
- n. **Acessórios** que devem acompanhar o equipamento: 01 colchão para posicionamento do paciente, suporte de crânio, suporte de pernas, jogo de fantasmas para calibração.
- o. A empresa deve fornecer **sistema de estabilização ou nobreak** suficiente para carga do sistema gantry/mesa; nobreak para console, mobiliário necessário e compatível para acomodação de todos os comandos e workstation.
- p. **01 bomba injetora de contraste** 01 (uma) bomba injetora de contraste de pedestal ou rack, incluindo base com rodízios, sem utilização de seringas ou com cabeça de dois pistões para duas seringas ou sistema compatível que injetem sequencialmente o contraste e a solução salina, com monitor externo conectado ao módulo de injeção, contendo: Suporte para 02 (duas) seringas de no mínimo de 75 ml de capacidade; Unidade de processamento

eletrônico, display alfanumérico e cabeça injetora sustentada por braço, permitindo movimento de 360° da cabeça injetora nos planos vertical e horizontal; Cabeça injetora com indicação digital de volume de enchimento, permitindo eficiente controle de enchimento da seringa com velocidade variável; Controle de volume, fluxo, tempo e pressão; Sistema de segurança eletrônico e mecânico de parada da injeção no caso de excesso de volume, fluxo ou pressão; Console giratório, com indicação digital dos parâmetros selecionados e possibilidade de programação dos valores de: fluxo, volume, limite de pressão, retardo, duração e controle de aceleração de injeção; Aquecedor da seringa para manter o meio de contraste a temperatura corporal; Deve permitir programação de disparo e interrupção da injeção de dentro da sala de exames e da sala de comando.

- q. **Fantomas** para calibração e controle de qualidade.
- r. 02 (dois) **protetores de tireóide**, tamanho adulto, com as seguintes características mínimas: com confecção em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50 mmPb; deve ser confeccionado em nylon lavável; com fecho em velcro; deve ser do tipo viseira.
- s. 02 (dois) **aventais plumbíferos**, tamanho adulto com as seguintes características mínimas: fabricados em borracha plumbífera flexível; com proteção na frente mínima (equivalência) de 0,50 mmPb e com proteção nos ombros mínima de 0,25 mmPb; com fechamento através de tiras cruzadas através de velcro; avental com dimensões mínimas de 100x60 cm; com acabamento em nylon impermeável.
- t. **Documentação** que deverá acompanhar o equipamento no ato da entrega: Manual de Operação em português; Certificado de Garantia; Catálogo Técnico com Foto; Registro do produto na ANVISA, conforme disposições da Lei nº 6.360/1976, RDC ANVISA nº 185/2001 e RDC ANVISA nº 32/2007. Demais certificados em atendimentos as normativas técnicas atuais vigentes e registro do Inmetro.
- u. A **Assistência Técnica** deverá realizar a manutenção preventiva de acordo com o manual técnico do fabricante, fornecendo o cronograma com antecedência. A empresa deverá fornecer acesso por tempo indeterminado para a equipe de trabalho do Instituto Nacional de Criminalística as configurações de rede do equipamento, hosts e impressoras, log de erros, status das principais partes do sistema.
- v. **Da proposta e das condições comerciais:**
 - 1. A empresa deverá fornecer junto à proposta, tabela contendo os valores das cotações de manutenções preventivas e seus prazos.
 - 2. Prazo de garantia mínima de trinta e seis (36) meses, a partir da instalação do equipamento. A resolução do problema deverá ocorrer em até 10 dias. O prazo poderá ser alongado em caso de justificativa com apresentação de documentos comprobatórios;
 - 3. A empresa deverá apresentar Termo de Compromisso, garantindo que a assistência técnica será prestada no local de instalação do equipamento, por ela mesma ou por representante da empresa devidamente registrado no CREA.
 - 4. A proposta deverá conter os prazos de entrega e instalação do equipamento;
 - 5. Cópia do certificado de registro no Ministério da Saúde (ANVISA);
 - 6. Todos os dados técnicos, quando solicitados, deverão ser comprovados no manual registrado na ANVISA;
 - 7. A empresa deverá fornecer, sem ônus, treinamento de operação e de manutenção a servidores indicados pela unidade demandante. O treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso e manutenção e será realizado no local de entrega do equipamento.
- w. **Instalação, transporte e adequação do espaço físico ao equipamento:**
 - 1. O transporte do equipamento e seus custos são de responsabilidade da empresa vencedora e deverá ocorrer, mediante agendamento prévio, durante horário comercial;
 - 2. Compromisso de desmontar e instalar o equipamento, na presença de um técnico do Instituto Nacional de Criminalística, de maneira a conferir a conformidade do equipamento com esta especificação. Ao término da instalação a empresa deverá realizar testes de desempenho mínimo, com emissão de relatório, que atestem que o mesmo seja considerado apto ao uso;
 - 3. A instalação e adequação do equipamento ao espaço de infraestrutura ficará a cargo da empresa vencedora do certame, para que seja assegurada a plena e correta instalação do equipamento. O objetivo é a mitigação de falhas prematuras do equipamento em período de garantia, o que inclui falhas propiciadas por incompatibilidade nas instalações realizadas por empresa adequadora diferente da instaladora. Um exemplo seria um cabeamento impróprio da parte elétrica da subestação ao aparelho, até a climatização ineficiente, prejudicando o arrefecimento do equipamento.
 - 4. As plantas do local de instalação estão disponíveis no setor de Engenharia Predial do Instituto Nacional de Criminalística, bem como as informações sobre infraestrutura existente atualmente (carga elétrica, tensão de trabalho, entre outras).
 - 5. Todos os requisitos mínimos listados abaixo serão de obrigação da empresa caso as condições encontradas não atendam aos requisitos exigidos para instalação do equipamento:
 - a) Execução de acabamento do piso e implantação de controle de umidade no sistema de ar condicionado existente; Transformador isolador, caso exigido ou recomendado pelo fabricante; Fornecimento UPS (nobreak) e estabilizador para Gantry e os computadores de aquisição e pós-processamento, conforme exigência ou recomendação do fabricante. Adequação do quadro de Força/Comando do equipamento com os componentes de proteção (incluindo sobre corrente, curto-circuito, corrente de fuga e demais itens exigidos pelo fabricante); Troca da malha de aterramento atual, caso seja necessário; eventuais adequações na infraestrutura de forma a atender aos requisitos da RDC 50 e outras normas pertinentes; execução dos ajustes necessários em toda a infraestrutura para permitir a devida instalação do equipamento;

- b) Ficará sob a responsabilidade do fornecedor o transporte interno dos equipamentos e toda logística demandada para movimentação do material, assim como seu descarte, em acordo com as disposições da legislação ambiental.
- c) Ficará também sob responsabilidade da empresa qualquer adequação, incluindo material e mão de obra, de forma a garantir a adequada instalação do equipamento.
- d) Será facultada uma visita técnica ao laboratório de imagenologia do INC por parte dos interessados para avaliar o local e as instalações, bem como a infraestrutura disponível, para estudo de viabilidade de instalação e a melhor adequação da proposta. A empresa deverá disponibilizar um profissional de engenharia/arquitetura para acompanhar e supervisionar a instalação e adequação do equipamento. A visita técnica poderá ser agendada por meio do endereço eletrônico servio.stjr@pf.gov.br;
- e) A empresa arcará com a contratação de empreiteira para execução do serviço, bem como profissional de engenharia ou arquitetura para acompanhamento e supervisão da obra cuja Anotação de Responsabilidade Técnica será exigida, e se responsabilizará pela limpeza da obra.
- f) Deverá ser providenciada proteção ao revestimento/pintura das paredes dos ambientes de tratamento e comando, durante o período de obras e deslocação de alvenaria.
- g) A recolocação e recomposição de tudo que for danificado no processo supracitado estará sob responsabilidade da vencedora do certame.

2.60.2. Item 02 - Sistema de radiologia digital móvel

- a. Sistema transportável com coluna contrabalanceada integrada, montada sobre rodízios emborrachados.
- b. Painel digital (FPD) sem fio (wireless), com teclado tipo membrana, indicação e visualização de KV e mAs;
- c. Sistema integrado de bateria com tempo mínimo de carga de 6 horas;
- d. Recarga em qualquer rede elétrica de baixa potência (110-240V e 60 Hz) e área com ventilação normal;
- e. Sistema recarregável em no máximo 5 horas;
- f. Disparador de duplo estágio (preparo e disparo) com 2,9 m ou maior;
- g. Sistema com largura máxima de 60 cm;
- h. Braço porta tubo telescópico ou articulado;
- i. Coluna com altura focal de 189 cm ou mais e rotação com variação de - 90° a + 90° ou maior;
- j. Rotação do conjunto tubo/colimador de - 90° a + 90° ou maior;
- k. Cabo de alimentação preparado para conexão em tomada comum (padrão nacional ABNT NBR14136) com no mínimo 2,9 m;
- l. Gerador multipulso microprocessado de alta frequência com potência de 30 kW ou superior;
- m. Faixa de tensão do tubo: 40 a 125 kv ou maior com sensibilidade de ao menos 23 passos;
- n. Faixa de variação de mAs de 0,5 ou menor a 320 ou maior;
- o. Tubo de raio-x com anodo giratório com velocidade de rotação mínima de 3200 RPM;
- p. Capacidade térmica do anodo de 120 KHU ou maior;
- q. Posicionamento do tubo: Ponto focal máximo de 200 cm e Ponto focal mínimo de 60 cm;
- r. Ponto focal: Fino de até 0.8 mm e Grosso de até 1.2mm;
- s. Colimador com luz indicadora de campo de irradiação, temporizador de lâmpada com desligamento automático após 30s e lâminas de chumbo com ajustes manuais para colimação dos feixes de raios-x;
- t. Área mínima de cobertura do campo de radiação a 1m de distância foco-FPD: 35 x 43 cm;
- u. Imagem com área ativa de 4,8 x 2,4 cm ou maior, com matriz ativa mínima de 2350 x 2866 pixels ou melhor;
- v. Tamanho do pixel de 150 micrometros ou menor;
- w. Profundidade de aquisição mínima de 14 bits;
- x. Detector com capacidade para até 150Kg;
- y. Imagens geradas em até 3 segundos;
- z. Processador digital com monitor de LCD 15" ou maior e tela sensível ao toque integrado a unidade principal, que permite a visualização da imagem após a exposição;
- aa. Sistema de imagens capaz de realizar edição de pacientes, equalização de tecido, inversão de cinzas, zoom interpolado com roaming e livre rotação da imagem;
- ab. DICOM 3.0 (DX/ CR), Print, Storage, Worklist incluindo MPPS;
- ac. Processamento de imagem em menos de 15 s;
- ad. Transmissão via wireless;
- ae. Sistema deve ter capacidade de armazenamento mínima de 5000 (cinco mil) imagens;
- af. Peso máximo da unidade de 600Kg;
- ag. Não será aceito equipamento com tecnologia inferior ao ano de 2010.
- ah. A empresa deverá entregar junto com a proposta, o catálogo com figuras, descritivo e informações técnicas do equipamento em questão, incluindo a lista de acessórios integrantes;

- ai. Prazo de garantia mínima de trinta e seis (36) meses, a partir da instalação do equipamento;
- aj. Assistência técnica local;
- ak. A proposta deverá conter os prazos de entrega e instalação do equipamento;
- al. Cópia do certificado de registro no Ministério da Saúde (ANVISA);
- am. Todos os dados técnicos, quando solicitados, deverão ser comprovados no manual registrado na ANVISA;
- an. Compromisso de garantir o fornecimento de peças de reposição por pelo menos cinco (05) anos após a instalação do equipamento;
- ao. O transporte do equipamento e seus custos são de responsabilidade da empresa vencedora e deverá ocorrer, mediante agendamento prévio, durante horário comercial;
- ap. Compromisso de desembalar montar e instalar o equipamento, na presença de um técnico do Instituto Nacional de Criminalística, de maneira a conferir a conformidade do equipamento com esta especificação. Ao término da instalação a empresa deverá realizar testes de desempenho mínimo, com emissão de relatório, que atestem que o mesmo seja considerado apto ao uso;
- aq. A empresa deverá fornecer, sem ônus, treinamento de operação e de manutenção a servidores indicados pela unidade demandante. O treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso e manutenção e será realizado no local de entrega do equipamento.

2.60.3. Item 03 - Sistema de Raio X Portátil de uso Veterinário - Digital, com placa DR, veterinário para uso em pequenos e grandes animais;

- a. Ponto de laser duplo;
- b. Potência de no mínimo 5000 watts;
- c. Faixa de kV: 40 kV – 125 kV (ajuste 1kV);
- d. Tubo com duplo ponto focal;
- e. Voltagem: 100 V / 220 V e possibilidade de disparo por uso de baterias internas;
- f. Peso máximo do emissor de 20kg;
- g. Detector digital plano 35x43 cm, com transmissão sem fios em Iodeto de Césio com Capa de Proteção;
- h. Carregador e duas baterias para o detector;
- i. Notebook I7 com Tela de 14 polegadas Touch Screen, 8GB RAM, SSD de 512 GB e Windows 10 Professional Edition;
- j. Software de Aquisição de Imagens Digitais específico para veterinária.
- k. Pacote DICOM 3.0 com: Print (Impressão DICOM), Storage (Envio de imagens no padrão DICOM para múltiplos sistemas PACS, possibilitando, inclusive, laudo à distância), Modality Worklist (Lista de trabalho DICOM).
- l. Sistema de acesso remoto via internet para ajustes, calibração e correção de falhas;
- m. Case(s) de transporte para acomodação e proteção de todo o conjunto;
- n. Incluso manual de serviço, e garantia de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega;
- o. Incluso treinamento operacional abrangendo todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso realizado no local de entrega do equipamento com duração mínima de 2 dias úteis.

2.60.4. Item 04 - Aparelho de ultrassom portátil:

a. Características Gerais:

1. Um (01) equipamento de Ultrassom Portátil, tipo laptop para a realização de exames de ultrassonografia geral; Abdômen; Vascular; Pequenas partes; Musculoesquelético; Nervos;
2. Carro, móvel com rodízios, travas e suportes para Transdutores e Recipientes de Gel;
3. Peso máximo de até 9kg.
4. Não será aceito equipamento com tecnologia inferior ao ano de 2010.

b. Modo de Imagem:

1. Bi-dimensional;
2. Otimização automática de imagens no modo 2D;
3. Modo M;
4. Doppler;
5. Color e Color Power;
6. Doppler pulsado;
7. Doppler contínuo;
8. Imagem Harmônica Tecidual;
9. Faixa dinâmica de no mínimo 165 dB.

c. Interface com o usuário:

1. Monitor de LCD com diagonal mínima de 10”;
2. Teclado com controles agrupados por aplicação, simples e de fácil interface;

3. Controle de luminosidade da tela.
- d. **Modos de visualização:**
 1. Zoom em tempo real;
 2. Cineloop de até 220 quadros.
- e. **Carro:**
 1. Móvel com rodízios, travas, ajuste de altura e possibilidade de acoplar mais transdutores;
 2. Suportes para transdutores e recipientes de gel.
- f. **Aquisição e processamento de imagens:**
 1. Escala de 250 níveis de cinza;
 2. Todos os transdutores eletrônicos de banda larga;
 3. Profundidade;
 4. TGC/STC;
 5. Realce de borda;
 6. Pré e Pós processamento (especificar funções);
 7. Zoom;
 8. Ganho;
 9. Cine: ≥ 200 quadros para imagem no modo bidimensional e PSB;
 10. Faixa Rate ≥ 500 quadros por segundo;
 11. Faixa dinâmica (Dynamic Range) $\geq 165\text{dB}$;
 12. Medidas: distância, área, circunferência e volume;
 13. Imagem trapezoidal em tempo real para transdutores lineares;
 14. Texto rápido - fácil anotação a qualquer momento durante o exame.
- g. **Armazenamento de imagens:**
 1. Armazenamento interno de pelo menos 160Gb não susceptível a vibrações mecânicas;
 2. Possibilidade de gravação em dispositivo USB;
 3. Exportação de imagens em formato compatíveis com PCs.
- h. **Conectividade:**
 1. Transferência Digital para PC via Pen Drive em formato DICOM;
 2. Transferência Digital para Banco de Dados via Rede Ethernet TCP/IP;
 3. Transferência Digital para o Banco de Dados via Wi-Fi;
 4. DICOM 3.0;
 5. Saída de áudio;
 6. Conexões para vídeo-printer ou gravador de vídeo;
 7. C-store;
 8. Print;
 9. Storage Commitment;
 10. Media storage;
 11. Modality Worklist;
 12. MPPS;
 13. Structured Report.
- i. **Transdutores:**
 1. Todos os transdutores devem ser multifrequenciais e permitir a seleção eletrônica de diferentes frequências para o modo bidimensional (2D);
 2. Os transdutores devem ser aptos a utilizar os modos de imagem;
 3. Modo B;
 4. Modo M;
 5. Color Doppler;
 6. Doppler Espectral;
 7. Hum (01) Transdutor linear, faixa de frequência de 6,0 a 13,0 MHz, para formação de imagens superficiais, vascular, mama, pequenas partes e nervo, com variação de 01 MHz para cima ou para baixo;
 8. Hum (01) Transdutor convexo, faixa de frequência de 1,0 a 5,0 MHz, para formação de imagens obstétricas e abdominais, com variação de 01 MHz para cima ou para baixo.
- j. **Acessórios:**
 1. Cabo de alimentação com plugue padrão ABNT NBR14136;
 2. Fonte Bivolt automática;
 3. Bateria de Lítio, com no mínimo 60 minutos de autonomia;

4. Carro de transporte;
5. Mala de transporte;
6. Manual de operação em português;
7. Nobreak compatível com o equipamento.

k. Alimentação:

1. Bivolt 127 - 220 VAC – 60 Hz.

l. Da proposta e das condições comerciais:

1. A empresa deverá entregar junto com a proposta, o catálogo com figuras e descritivo do equipamento em questão, incluindo a lista de acessórios integrantes;
2. Prazo de garantia mínima de trinta e seis (36) meses, a partir da instalação do equipamento;
3. Assistência técnica local;
4. A proposta deverá conter os prazos de entrega e instalação do equipamento;
5. Catálogo com informações técnicas do equipamento a ser fornecido;
6. Cópia do certificado de registro no Ministério da Saúde (ANVISA);
7. Todos os dados técnicos, quando solicitados, deverão ser comprovados no manual registrado na ANVISA;
8. A empresa deverá fornecer lista de referências com pelo menos três clientes usuários do equipamento em questão;
9. Compromisso de oferecer, sem ônus, manual de operação do equipamento;
10. O transporte do equipamento e seus custos são de responsabilidade da empresa vencedora e deverá ocorrer, mediante agendamento prévio, durante horário comercial;
11. Compromisso de desembalar, montar e instalar o equipamento, na presença de um técnico do Instituto Nacional de Criminalística, de maneira a conferir a conformidade do equipamento com esta especificação. Ao término da instalação a empresa deverá realizar testes de desempenho mínimo, com emissão de relatório, que atestem que o mesmo seja considerado apto ao uso;
12. A empresa deverá fornecer, sem ônus, treinamento de operação e de manutenção a servidores indicados pela unidade demandante. O treinamento deverá abranger todas as funcionalidades do equipamento, exercícios práticos de uso e manutenção e será realizado no local de entrega do equipamento.

2.60.5. Item 05 - Aparelho de RaioX Digital Odontológico Portátil -

- a. Gerador de Raio-x DC Alta frequência;
- b. Tensão do tubo de 60Kv;
- c. Corrente do tubo 2mA;
- d. Tubo de raio-x com ânodo fixo, ângulo de 20°, ponto focal de 0.8mm e capacidade de calor de 8.5 KHU;
- e. Conjunto de tempo de exposição de 0.01-1.60 segundos;
- f. Filtração Total de 1.6mm Al;
- g. Peso total de no máximo 2kg.

2.60.6. Item 06- O Sensor de radiografia Digital de 600mm - Tecnologia CMOS;

- a. Resolução teórica de 20 p/mm;
- b. Conexão USB 2.0, no mínimo;
- c. Tamanho do cabo de 3mm no mínimo;
- d. Dimensões de área sensível de 30,0mm x 20,0mm;
- e. Cumprir as normas de segurança ABNT cabíveis;
- f. Possuir proteção contra penetração de água e material particulado.

2.60.7. Item 07 - O Sensor de radiografia Digital de 900mm - Tecnologia CMOS;

- a. Resolução teórica de 20 p/mm;
- b. Conexão USB 2.0, no mínimo;
- c. Tamanho do cabo de 3mm no mínimo;
- d. Dimensões de área sensível de 34,0mm x 26,0mm;
- e. Cumprir as normas de segurança ABNT cabíveis;
- f. Possuir proteção contra penetração de água e material particulado.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens relacionados nos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 é de 120 dias, contados do(a) da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística – INC, SAIS Quadra 07 Lote 23 Brasília – DF, CEP 70610-200, em local a ser indicado, no horário de 08h00min às 12h00min e 13h30min às 17h00min horas.

4.2. O prazo de entrega do item 1 é de 180 dias, contados do(a) da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística – INC, SAIS Quadra 07 Lote 23 Brasília – DF, CEP 70610-200, em local a ser indicado, no horário de 08h00min às 12h00min e 13h30min às 17h00min horas.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. O recebimento definitivo só será efetivado com a instalação e a conclusão do treinamento de operação e de manutenção, para os itens que estejam previstos.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 40 (quarenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante. Não são permitidos equipamentos que estejam em fase de protótipo ou pré-produção, nem equipamentos confeccionados especificamente para esta licitação;

6.1.8. No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, devendo

ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

6.1.9. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos até o endereço de entrega, bem como as despesas relacionadas à instalação e treinamento.

6.1.10. Todos os equipamentos e produtos passíveis de Registro na ANVISA devem estar devidamente registrados.

6.1.11. Adotar, no que couber, as disposições da IN nº 01/2010 - SLTI/MPOG, da Resolução nº 362/2005 - CONAMA e da Resolução nº 340/2003 - CONAMA, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos;

6.1.12. Realizar a separação de resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços, em parceria com a Contratante, observado os dispositivos legais e de acordo com o Decreto no 5.940/06 e In/MARE no 6/1995;

6.1.13. Cumprir as Normas Brasileiras NBR públicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.1.14. São de responsabilidade da contratada a entrega, instalação e treinamento referentes ao equipamento, bem como todos os custos necessários à prestação do serviço ou fornecimento do bem, tais como: taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente sobre o objeto.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a

manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \left(\frac{TX}{100} \right) \times \frac{1}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por tratar-se de compra de equipamentos e materiais, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, não há necessidade de garantia de execução, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega dos equipamentos.

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1. Para os itens que possuem prazo de garantia mínimo discriminados nas especificações do objeto, o prazo descrito é contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, para reposição de peças, mão-de-obra e atendimento no local (on-site), válida para todo o conjunto ofertado, e deverão ainda ser atendidas as condições estabelecidas nas respectivas especificações.

13.2. O prazo de garantia contratual dos demais bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

13.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo indóneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; Após o 30º (trigésimo) dia a multa moratória será de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em

quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ **3.230.143,32** (três milhões, duzentos e trinta mil, cento quarenta e três reais, trinta e dois centavos).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200406

Fonte: 0174020227

Programa de Trabalho: 06181501627260001

Elemento de Despesa: 449052

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno: 2020 PF9990APA20

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Ciente e de acordo,
Em ____/____/____.

MARCO ANTÔNIO GARRIDO DE OLIVEIRA
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Chefe do SEPMA/DPER/INC/DITEC/PF

DESPACHO

1. Concorde com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão Eletrônico.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico.

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Dezembro/2019



Documento assinado eletronicamente por **SERVIO TULIO JACINTO REIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 09/11/2021, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELLEN REJANE GOMES MONTEIRO, Médico(a) Veterinário(a)**, em 09/11/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 10/11/2021, às 08:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 11/11/2021, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20961974** e o código CRC **1BF025CD**.